

A CULTURA BRASILEIRA EM FESTA: AS HOMENAGENS AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Prof.^a Dra. Neusa de Fátima Mariano¹

¹ Professora Dra. do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. E-mail: nfmariano@gmail. com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5003743301847104>.

RESUMO

As homenagens ao Espírito Santo têm sido praticadas no Brasil desde o seu processo de colonização até os dias atuais. Ela tem se multiplicado, ganhado notoriedade e também sido reconhecida como patrimônio cultural nacional, portanto, compreendida como expressão da cultura brasileira. Em alguns municípios, a Festa do Divino tem sido simplificada e contida, sem as insígnias e a representação do Império de outrora, prevalecendo a praxe litúrgica. A compreensão sobre a diversidade da tradição foi possível a partir de documentos e relatos orais, os quais indicavam a sua importância e antiguidade. A sua essência, porém, parece ser mantida e se manifesta no desejo de um mundo melhor, na utopia do Espírito Santo.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura brasileira. Festa do Divino. Utopia.

ABSTRACT

The tributes to the Holy Spirit have been practiced in Brazil from its colonization process to the present day. Currently it has spread, gained notoriety and also been recognized as a national cultural heritage, thus understood as an expression of the Brazilian culture. In some municipalities, the Feast of the Divine has been simplified and contained, without the insignia and representation of the Empire of yore, with liturgical practice predominance. The understanding on the diversity of the tradition was possible from documents and oral testimonials, which showed its importance and antiquity. Its essence, however, seems to be maintained and is manifested in the desire for a better world, in the utopia of the Holy Spirit.

KEYWORDS: Brazilian Culture. Feast of the Divine. Utopia.

INTRODUÇÃO

Festas do Divino Espírito Santo vêm ganhando bastante notoriedade nas últimas décadas, tendo sido veiculadas pela mídia impressa e televisiva, além de outros meios de comunicação como a rede de internet.

A popularização de um ritual festivo para o Espírito Santo é atribuída à esposa do Rei Dom Diniz, a Rainha Dona Isabel (1271-1336), conhecida como Rainha Santa ou Santa Isabel. Muito caridosa, ela teria mandado erguer uma capela em Alenquer em homenagem ao Espírito Santo e, no dia de Pentecostes, oferecia ao povo um farto banquete que, na época, era conhecido como vodos ou bodos. Vieira Fazenda (1920) chama atenção para um pequeno relato do bispo Fernan Correa de Lacerda, sobre o início da tradição:

[...] depois de haver edificado em Alemquer uma igreja ao Espírito Sancto, no primeiro anno que se fez a solenidade da *coroação do imperador* e com todo o luzimento, não só [a Rainha Dona Isabel] chamou a nobreza para tomar parte *neste Imperio*, como lhes entregou a conservação da casa, pedindo a continuação da festa. Foi erecta então uma confraria (a primeira) em louvor do Espírito Sancto. (FAZENDA, 1920, p. 366, grifos do autor).

Há, nas suas origens, a ideia de inversão de classes sociais, e a utopia de um mundo de amor, caridade, fartura, justiça e sem distinção de classes sociais parece estar na essência do ritual. Uma das bases dessa utopia foi defendida pelo abade italiano Joaquim de Fiori (1132-1202). Para ele, o mundo estaria dividido em três eras: a primeira, a do Pai, já teria passado e estaria registrado no Antigo Testamento da Bíblia Sagrada; a do Filho seria a do tempo em que estava vivendo, tendo iniciado com o nascimento de Jesus Cristo; a terceira, a do Espírito Santo, seria o porvir que todos ansiavam, projetando, portanto, a referida utopia.

Nas homenagens realizadas por Dona Isabel, um mendigo teria sido coroado rei e, com poderes majestáticos, caberia a ele soltar presos da cadeia e alimentar o povo. Neste sentido, os pobres teriam um dia de fartura, um dia sem castigo, um dia de liberdade. Durante os dias festivos, o futuro utópico da Era do Espírito Santo seria representado com esta temporária inversão, clamando pela sua permanência.

Continua Vieira Fazenda (1920) a descrever a Festa do Espírito Santo que acontecia em Portugal, com as palavras do cronista Francisco Manuel Esperança:

[...] no domingo, pela manhã, entrava na igreja do Convento de São Francisco o que havia de servir de

*imperador, assistido de dous reis, e seguido de nobreza e povo, com três pagens, que lhes levavam as côroas (uma das quaes era a que deixou para a festa a mesma Sancta Rainha); e sendo estas offerecidas no altar, um religioso, com vestes sacerdotaes, coroava com estas aos três *suppostos monarchas* que, assim coroados acompanhavam a procissão. Á tarde, saía o imperador da igreja do Espírito Sancto, com muitas festas, trombetas e multidão de gente, com cannas verdes nas mãos e dous pagens adeante com a coroa, e outro com o estoque, e assim entrava na igreja de S. Francisco. O sacristão ahi dava ramilhetes a nobres, que dançavam com duas donzellas honestíssimas que acompanhavam o imperador, na qualidade de damas, a título de se lhes dar parte do dote para casamento. Esta mímica era precedida de nova coroação; depois voltava o imperador á igreja do Espírito Sancto e lá depunha a coroa nas mãos de um sacerdote.*

Nos dous domingos seguintes continuava a festa, e no último entrava muito pela meia noite, e por isso se lhe chamavam domingo dos fogaréos, em consequência das luzes. As vésperas eram solemníssimas, e depois dellas se fazia uma apparatusa procissão chamada da candeia, de que a mesma Sancta Rainha foi auctora, e saía de S. Francisco, acompanhada de um homem com umas madeixas de cera, de que ficava ardendo uma ponta no altar, e o mais se estendia pela villa até

chegar á igreja da Triana. (FAZENDA, 1920, p. 367, grifos do autor).

Em fins do século XV e início do XVI, Dom Manuel (1469-1521) restringiu a prática dos vodos somente às Festas do Divino Espírito Santo (ETZEL, 1995, p. 30). Sobre esta Ordenação, acrescenta Fazenda:

E defendemos, dizem as Ordenações do Reino, que não façam vódos de comer e de beber, nas igrejas e nem fóra dellas; posto que digam que fazem por devoção de algum santo, sob pena de que o que assim pedir e receber pagar em dobro da cadeia tudo o que receber para quem o accusar. Não tolhemos, porém, os vódos do Espírito Sancto, que se fazem na festa de Pentecoste. (FAZENDA, 1920, p. 365-366).

A justificativa para tal Ordenação é de que as festas populares, além de ganharem contornos considerados místicos que envolviam rituais pagãos, abriam espaço para atitudes muitas vezes consideradas heréticas e escandalosas, desvirtuando os dogmas da Igreja. No entanto, a manutenção dos vodos somente nas Festas do Espírito Santo teria sido apenas uma homenagem de Dom Manuel à Rainha Dona Isabel, ao reunir “os elementos existentes nos usos e costumes populares” (ETZEL,

1995, p. 59). O fato é que a prática tornou-se tradição e o alimento, seja mais ou menos farto, sempre está presente nas Festas do Divino.

As homenagens ao Espírito Santo chegaram ao Brasil e foram se espalhando durante o processo de colonização de forma a obter especificidades no seu modo de fazer a festa.

Neste sentido, tem-se uma diversidade de costumes que mantém a tradição, cuja base está na chegada do Espírito Santo à Terra e no anúncio da Era de um novo Império, ou seja, a utopia de um mundo justo, farto e cheio de saúde, amor e caridade. Há a reprodução do formato elaborado pela Rainha Santa, mas também se encontram homenagens ao Espírito Santo na sua forma mais reduzida e litúrgica, ou seja, sem as representações conhecidas atualmente como folclóricas que remetem a um império. Conforme Araújo (2004), o único objeto simbólico mantido desde as primeiras homenagens ao Espírito Santo até os dias atuais é a bandeira encarnada com o Divino ao centro, representado por uma pomba branca:

Sem dúvida é a bandeira o símbolo de maior resistência no tempo, de todos os demais da festa do Divino. Ela é a última a desaparecer. Quando a festa se descaracteriza, quando perde seu aspecto popular, quando desaparece a folia, a distribuição de alimentos, a casa da festa, o império, resta apenas um símbolo — a bandeira. Ela resiste

mais, porque esteve sempre em contato com o povo. Perdura porque além da cor vermelha, primária, para o povo simples, a bandeira possui dons especiais, medicinais e preventivos. (ARAÚJO, 2004, p. 36-37).

A bandeira, além de mensageira, torna-se o próprio Espírito Santo. Por isso, há o costume de passá-la por todos os cômodos da casa, para que esta seja abençoada. Também é na bandeira que são colocados alguns ex-votos, como se verá mais adiante na Festa do Divino de Laras. A bandeira carrega os sete dons do Divino, para os quais, em algumas localidades, são atribuídas cores diferentes, tal como em Mogi das Cruzes (SP): azul — sabedoria; prata — entendimento ou inteligência; verde — conselho; vermelho — fortaleza; amarelo — ciência ou conhecimento; azul escuro — piedade; roxo — temor a Deus. Os dons estão registrados na Bíblia Sagrada, em Isaías, 11, 2: “Sobre ele [Messias] repousará o espírito de Javé, espírito de sabedoria e inteligência, espírito de conselho e força, espírito de ciência e temor a Javé e ele respirará o temor de Javé.”

O intuito, a partir desta breve explanação sobre a origem das homenagens ao Espírito Santo, é evidenciar a diversidade deste ritual religioso do catolicismo popular que, uma vez tradição trazida pelos colonizadores portugueses, foi sendo reconfigurada conforme a realidade brasileira, em cada lugar em que se

estabeleceu. Para tanto, a pesquisa se pautou em alguns documentos como fonte primária, tais quais os encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, além de relatos orais que também se configuraram como material para outras investigações sobre a temática.

Após a abordagem sobre a antiguidade da prática da Festa do Divino no Brasil, segue uma breve apresentação a respeito da Festa na atualidade. Para tanto, foram eleitos três municípios onde a tradição da Festa é antiga, mas que, diante do processo histórico, se configuraram de forma diferenciada entre elas. Acredita-se que, apesar das transformações pelas quais as Festas do Espírito Santo têm passado conforme o tempo, a localidade e a ideologia, a utopia de um mundo justo, próspero e regido pelo amor e pela caridade é que mantém a tradição.

A FESTA DO DIVINO NA FORMAÇÃO DA CULTURA POPULAR BRASILEIRA

A Festa do Espírito Santo tem sido realizada no Brasil desde o período colonial, pois, apesar de não apresentar maiores detalhes, Cascudo (2001) defende que ela teria sido introduzida já século XVI. Há um indício de que havia alguma homenagem ao Espírito Santo neste século em Mogi das Cruzes, na então vila de Santana de Mogi Mirim,

conforme a Ata da Câmara de 04 de maio 1613, transcrita por Morais (2015, p. 13):

Easiñ re que reo mais odito per curador que [...] que na dita Camara re que romais quetodos os moradores desta dita villa se ayuntã des pois do Espirto santo pera renouar aquele caminho reall vizto ser Entrada esaida desta villa o qual ou ve raõ os ditos os ficiais o seure querimento ese asinaõ aqui y Eu Antonio gonsalvez Es criuaõ da camara que o Escreui.

Embora se trate de um texto bastante antigo e apresente dificuldades para a leitura, há uma referência à pausa do trabalho durante o período litúrgico, o que evidencia a importância do Espírito Santo já naquela época.

Luna e Costa (1980), ao pesquisarem junto à Cúria Metropolitana de Mariana, encontraram registros sobre as devassas ocorridas no século XVIII em Minas Gerais. Os autores transcreveram os depoimentos que narram o ocorrido durante a Festa do Espírito Santo em 1738, na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira (MG):

Matias da Costa Rodrigues... disse que andando um carro 5 enramalhado nas festas que se fizeram do Espírito Santo neste Arraial nele andava o Padre Frei Lourenço Ribeiro de São Domingos, o

Padre Frei Pedro Antônio religioso do Carmo tocando viola publicamente de dia com outros seculares onde andava também o Cônego de Angola o Padre Manoel de Bastos e traziam entre si no mesmo carro uma Vicência crioula forra do Ouro Preto vestida de homem cantando o Arromba e outras modas da terra causando em tudo notório escândalo o que ele testemunha sabe pelo ver e ouvir... (LUNA; COSTA, 1980, p. 4-5).

Mais uma vez, a homenagem ao Espírito Santo aparece como referência e, pelo relato, também como uma oportunidade encontrada por alguns padres para participar de forma mais efetiva e divertida, fato este fiscalizado, julgado e punido pela Igreja.

Contribuindo para o conjunto de informações sobre a antiguidade das homenagens ao Espírito Santo no Brasil, Araújo (2004) apresenta uma referência de 1761, como consta no livro de tombo da Matriz de Guaratinguetá, folha nº 5:

Com bastante magoa e mayor sentem fui informado da grande irreverencia com que nesta Villa se trata a Imagem do Menino Deos na ocasião da Festa do Espírito Santo, levando em um andor da Caza do Emperador pa. a Egreja e aly ser coroado em lugar daquele, indo nesta occazião os homens cobertos, acrecendo mais deixarem por alguns dias a mesma imagem do Deos na caza

ou throno do Emperio que sendo sem decência pela publicidade em que está, e por isso exposta amayores irreverencias. E porque similhante abuso se deve desterrar das Catholicas ordens emando, que o Rmo. Vigario desta Ega. não consinta que daqui em diante se faça similhante função com a imagem do Menino Deos — sob pena de excomunhão mayor e pagamento de cincoenta cruzados. (HERMANN, 1948 apud ARAUJO, 2004, p. 27).

Neste período, há a proibição, por ordem do Santo Officio, do uso da imagem do Menino Deus, na compreensão de que a festa do Espírito Santo estaria unindo o sagrado ao profano.

O Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo guarda documentos que registram homenagens ao Espírito Santo já no início do século XIX. Os pedidos e as autorizações para a realização das Festas do Divino estão registrados nos livros de Provisões (1819-1827) e referem-se às paróquias de Guarulhos, Jundiá, Bragança, Nazaré, Santa Isabel, Mogi das Cruzes, Freguesias do Ó e de Santo Amaro. Alguns destes registros dizem respeito à passagem da procissão e à exposição do Imperador, sendo que, em maio de 1822, conforme o Livro de Provisões, constava também o preço: “Provisão de exposição a Mogy do Imperador do Espírito Santo. \$1600”.

Na cidade do Rio de Janeiro, a Festa do Divino foi considerada como o evento de maior notoriedade em função também de seu caráter ostentatório no período de 1830 a 1900 (ABREU, 1900). A Irmandade do Espírito Santo teve importante papel para a realização da Festa do Divino, pois, por meio das festas, recursos eram angariados para a prática da caridade e os votos de fé à Igreja Católica eram renovados. A Irmandade tinha a função de distribuir pães aos devotos que ofereciam esmolas para a Festa do Divino e, além disso, era encarregada de alimentar os presos da cadeia com pão e carne durante o período festivo e de eleger o festeiro, de forma a legitimar seus poderes de majestade, incluindo o pagamento de fiança de presos por dívida (ABREU, 1999).

Conforme Moraes Filho, o ritual do Espírito Santo se dava da seguinte forma:

E conjuntamente, no centro de quatro varas pintadas de encarnado [formando um quadrado no qual a corte fica no seu centro], vinha o imperador, um menino de dez a onze anos, vestido de casaca de veludo verde e manto escarlata, calção, meias de seda, sapatos afivelados, com coroa e cetro, tendo ao peito o refulgente emblema do Espírito Santo. Dois mordomos, de casaca, chapéu de pasta, espadim e calção suspendiam-lhe o roçante manto, e todos com a folia tomavam lugar no império, artisticamente adereçado para recebê-los.

A música tocava, as danças principiavam, assistindo à função o imperador, repimpado em sua cadeira de espaldar, e diante de uma mesa coberta de uma colcha de damasco, na qual além da coroa e cetro que descansavam, via-se uma grande salva de prata para as esmolas, grandes maços de registros e pombas do Divino para serem distribuídos. (Moraes Filho, 1979, p. 44).

Caso a família do Imperador não tivesse condições de arcar com as despesas da Festa, a Irmandade do Espírito Santo se encarregava de cobrir os gastos, arrecadando esmolas e vendendo quitutes na quermesse (ABREU, 1999).

Faz-se pertinente lembrar o papel da Folia do Divino para a realização das Festas do Espírito Santo no Rio de Janeiro do século XIX. Aquela era acompanhada por músicos barbeiros que peregrinavam com a bandeira do Divino e, mais tarde, se incorporaram à folia. Os leilões eram comuns na Festa do Divino do Rio de Janeiro nessa época, cujos arremates, às vezes exagerados, eram de roscas, pães-de-ló, aves como marrecos e galinhas. Apresentações circenses eram realizadas ao lado das barracas da Festa, dentre elas, brincadeiras de palhaços e animais amestrados. No dia de Pentecostes, seguindo a tradição, eram distribuídos alimentos aos pobres (MORAES FILHO, 1979, p. 43).

Cabe a menção ainda da Festa do Divino realizada em Sorocaba (SP) no século XIX. Na cidade, ela reunia a população dos municípios vizinhos, centralizando o espetáculo, e contava com a participação ativa dos tropeiros nas cavalcadas que encenavam a luta entre cristãos e mouros, terminando com a conversão dos últimos ao cristianismo.

Era realmente empolgante a cavalcada sorocabana: muita riqueza nas vestimentas, muita prata nos cavalos, magníficos ginetes, o melhor dessa sociedade de cavaleiros, arte, história e coragem. Cristãos e mouros evoluíam com muito apuro sobre animais de belo porte, cotejando-se com garbo e valentia, arrancando admiração e aplausos da assistência. Os rapazes das melhores famílias e os seus mais hábeis cavaleiros participam anualmente, não medindo gastos nem proezas, mostrando que eram tão bons quanto os gaúchos e peões dos Campos Gerais. Afinal, eram filhos e netos de tropeiros, futuros pais e avós de outros tantos. (PERECIN, 1990, p. 105).

A Festa era tão importante que, em 1830, Hercules Florence a registrou, no momento da cavalcada, em seu quadro intitulado *Cavalcada de Sorocaba*. Esta pintura faz parte do acervo do Museu Paulista, sendo importante registro histórico para a memória da cidade. Em 1870, já não se encontravam notícias da cavalcada durante a Festa do Divino de

Sorocaba, enfraquecida, entre outros fatores, pela falta de um local adequado para a sua realização, mas também pela decadência da prática do tropeirismo, uma vez que parte de seus participantes era de tropeiros, cuja permanência na cidade para a feira de muares coincidia com o período da Festa.

Na noite de Pentecostes, a queima de fogos encerrava a Festa na Praça da Matriz Nossa Senhora da Ponte:

[...] primeiro a artilharia dos morteiros e rojões, depois os fogos de artifício propriamente ditos: chuvas de ouro, girândolas coloridas, foguetes de prata iluminando o céu, desabando sobre a torre da Matriz, tirando lampejos do imenso globo de cobre. Por último, acendeu-se a grande bandeira colorida, tendo ao centro a pombinha. (PERECIN, 1990, p. 108).

Em Laras (distrito de Laranjal Paulista, SP), homenagens ao Espírito Santo remontam ao século XVIII, em função de uma promessa para que a febre amarela cessasse na região do Médio Tietê. Nesta localidade, registros históricos são praticamente inexistentes, mas a tradição oral manteve, na memória da população, as origens da devoção ao Divino, como se pode constatar pelo relato do então diretor da Irmandade, em 2011:

Da febre é por volta de 1790 que surgiu, e porque não existia cura. Isso é geralmente depois das enchentes porque o rio nosso [Tietê] tem uma bacia do lado da margem de lá. Na hora que o rio abaixava ficava aquela bacia tomada por conta da febre amarela. Então, uma senhora pediu para o Espírito Santo que, se desaparecesse a doença, formaria um grupo de homens que levaria uma imagem do Divino Espírito Santo abençoando as casas. No caso, naquela época, era só casa na margem do rio, não existia estrada, e essa mulher alcançou a graça e ela juntou três homens que começaram. [...] Uma canoinha pequena, a deles, uma canoa de pesca que eles saíam. A gente não sabe dizer se rio acima ou rio abaixo, mas provavelmente isso começou rio acima e como era só na margem do rio, eles paravam na beira do rio e iam lá, rezavam o Pai Nosso, a Ave Maria. [...] E o trabuco, já levavam naquela época por causa dos animais, pelo caso de aparecer porque, até hoje, por aqui existe onça parda [...]. Na hora de dormir eles amarravam o Divino numa arvorezinha pequena e fazia uma fogueira em volta e eles dormiam em volta de uma fogueira, e assim eles foram vários anos. Com o passar dos anos, as pessoas escutavam aquele barulho [do trabuco] que escuta longe, e então já sabiam que eles estavam por ali. As pessoas começaram a cuidar para [o grupo] tomar um café e a outra cuidava para almoçar, e outra para janta [...]. Vem a necessidade de entrar mais gente do Divino que queria acompanhar, foi aí então que eles

montaram a Irmandade. (F. C., 2011, depoimento colhido por Neusa F. Mariano).

Em Laras, a Festa do Divino não traz a corte, os imperadores, nem as insígnias presentes nas demais Festas. Nesta localidade, o importante é a memória da origem da Festa, com a promessa do fim da febre amarela. Somente este episódio é lembrado com a peregrinação da Irmandade durante o mês de julho, levando a bandeira do Divino e recebendo doações para a Festa. Cabe observar que aqui as homenagens ao Espírito Santo não seguem o calendário litúrgico, que é cinquenta dias após a Páscoa, em Pentecostes (MARIANO, 2014).

As Festas do Divino realizadas na região do Médio Tietê possuem a mesma origem da de Laras (sobretudo em Tietê e Anhembi), havendo, às vezes, disputa para se saber qual seria a mais antiga, ou a “original”. O fato é que o Rio Tietê integra o ritual em que as Irmandades simulam um encontro de canoas sobre suas águas e representa o final de mais uma missão realizada garantindo saúde para todos os moradores da região.

Para uma breve apresentação sobre como acontecia a Festa do Espírito Santo em São Paulo no início do século XX, vale a pena mencionar a experiência de Oswald de Andrade que, na sua infância, chegou a ser Imperador do Divino:

Tudo aquilo se realizava por sorteio, naturalmente inspirado pelo Espírito Santo. Liam-se em meio da novena os nomes e os encargos [respectivas funções]. Era um atordoamento de incenso, de campainhas sacras e de badaladas de sino na torre quando saía a indicação do Imperador. Pois uma vez leram o meu nome todo — José Oswald de Souza Andrade — e a voz grossa e tonitruante do vigário da Consolação, que se chamava Cônego Eugênio Dias Leite, berrou: — Imperador do Divino!

Minha mãe nunca se sentiu tão comovida e orgulhosa em sua vida e meu pai, suando na corretagem e na venda dos terrenos, pagou, grato, as despesas da festa. Não havia somente chateações e corvées de horas ajoelhadas em frente ao oratório e na Igreja. Vinham também as saborosas e grandes broas do Divino, os cartuchos de procissão, as honrarias e festividades. (ANDRADE, 1990, p. 40).

A partir da data do sorteio, a família de Oswald de Andrade havia se tornado responsável pela realização da Festa do ano seguinte. Este, na verdade, era o padrão em que o próprio Espírito Santo teria escolhido o Imperador e os demais representantes da Festa, o que envolvia obviamente a elite da sociedade. Esta não media esforços para transformá-la em um evento

inesquecível pela ostentação e *glamour*.

Pode-se destacar ainda a Festa do Divino de Pirenópolis (GO) que, realizada desde 1819, recebeu, em 13 de maio de 2010, o título de Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Conforme Brandão (1978), em Pirenópolis, os devotos se inscreviam para o sorteio de encargos. A distribuição das funções na Festa era, conforme se acreditava, a manifestação da vontade do próprio Espírito Santo, fato também observado por Andrade (1990) na Festa do Divino em São Paulo. Muitos que se candidatavam não tinham posses, mas viam no sorteio a possibilidade de pagamento de promessas. Assim, uma vez “escolhidos pelo Espírito Santo” para Imperador, os menos aquinhoados poderiam provocar, diante dos devotos, a decadência da Festa, ou, no mínimo, sua ocorrência sem tanta ostentação. Esse fato era entendido como a vontade do Divino, devendo, portanto, a escolha ser respeitada, apesar do risco que, na realidade, representava. Hoje, a Festa do Divino de Pirenópolis ganha bastante destaque com as encenações da cavalhada que, como já mencionado, representa a luta travada entre cristãos e mouros.

No estado do Rio de Janeiro, a Festa do Divino realizada em Paraty, cujas origens remontam ao século XVIII, também recebeu o título de

Patrimônio Cultural do Brasil, na data de 03 de abril de 2013. Souza (2008) relata que, em 1853, as autoridades estavam preocupadas com as folias do divino oriundas de outras localidades que arrecadavam dinheiro para a festa em nome do Espírito Santo, punindo os envolvidos com uma multa de 30 mil réis ou 15 dias na cadeia.

Por aquela época devia ser grande a quantidade de folias perambulando pelas roças, com suas bandeiras e grupos de músicos angariando esmolas para o Divino durante quase todo o ano. Tanto que foi necessária a intervenção da Câmara nesse assunto de religiosidade popular tradicional, com vistas a evitar que o dinheiro do município de lá saísse. Tal preocupação indica que não devia ser pequeno o montante em dinheiro e mercadorias arrecadado pelas folias. Essas somas, entregues aos festeiros, tirado o pagamento dos foliões, eram integralmente gastas na festa, que a todos congregava. (SOUZA, 2008, p. 56).

A Festa do Divino Espírito Santo mantém, no Brasil, alguns elementos que já estavam cristalizados em Portugal no século XIV. Outros, entretanto, foram sendo incorporados, como, por exemplo, a participação dos grupos de congada e de moçambique. Muitos deles começaram a tomar parte nas festas religiosas participando das procissões

sob os cuidados das Irmandades (séculos XVIII e XIX).

Através delas [das Irmandades] tinham a permissão da municipalidade para realizar as congadas, batuques e sambas nos largos das igrejas — proibidas por volta de 1860. Mais tarde, normalmente essas autênticas batucadas passaram a ocorrer após as procissões religiosas, quando os negros se reuniam em frente ou nos terrenos atrás das igrejas, onde podiam livremente dançar, cantar e tocar seus instrumentos. (MORAES, 1995, p. 75-76).

A Festa do Divino, justamente porque se tornou popular, permitiu a inserção de elementos culturais diversos, muitos deles reminiscências de um mundo antigo e pagão, outros, pertencentes a um catolicismo rústico e espontâneo, porém, sem perder a sua essência, que está na utopia de um mundo de amor, caridade, justiça, fartura e saúde, advinda do Espírito Santo.

NA FESTA DO DIVINO EM TRANSFORMAÇÃO, A DEVOÇÃO CONTINUA

Hoje, a Igreja Católica tem incentivado as paróquias e suas comunidades a realizar homenagens ao Divino Espírito Santo, mas algumas delas trabalham pela ausência de representações tidas como folclóricas. A bandeira é

mantida, mas toda a referência ao Império do Divino tem dado lugar a celebrações mais simplificadas. Há, sim, procissões com andor do Divino, bandeiras e, em alguns lugares, também quermesses — como é o caso de algumas Festas do Divino realizadas em Sorocaba (SP). Mas a expressão popular é mais contida para dar espaço à expressividade litúrgica.

Com o objetivo de apenas apontar para algumas diferenças significativas no modo como as Festas do Divino têm sido realizadas, segue uma breve explanação sobre aquelas de Mogi das Cruzes, de Laras (Laranjal Paulista) e de Sorocaba, todos municípios do estado de São Paulo. No entanto, cabe esclarecer que há aqui a compreensão da existência de uma diversidade muito maior, sobretudo quando a temática da pesquisa se estende para os demais estados e localidades no interior do território nacional.

Em 1994, foi criada, em Mogi das Cruzes, a Associação Pró-Festa do Divino Espírito Santo, que auxilia os festeiros na realização da Festa com arrecadações, logística, patrocínio, voluntariado, etc. Uma das atividades que requer muita atenção por parte da Associação é a Entrada dos Palmitos, pois envolve a prefeitura para o fechamento e a limpeza das ruas, a segurança e o pronto atendimento médico. A Entrada dos Palmitos remonta à época em que a população do meio rural ia para a centralidade da vila participar da Festa do Espírito Santo. A viagem

era feita em carros de bois, para aproveitar essa oportunidade de realização de trocas na cidade, e o produto em abundância no período era o palmito. Desta forma, o palmito *entrava* na cidade para a Festa. A população, que vinha tanto da Serra do Mar quanto da de Itapeti, muitas vezes, chegava de madrugada e era recebida pelos festeiros com um prato de ensopado de carne bem forte e quente, conhecido como “afogado”. Tal fato é lembrado nas Festas do Divino de Mogi das Cruzes com a Entrada dos Palmitos no dia anterior ao de Pentecostes. A rua do centro da cidade é enfeitada com folhas de palmeiras para o desfile, que percorre da igreja de Santa Cruz até a Catedral de Sant’Ana. Participam do cortejo os festeiros e ex-festeiros, o imperador e a imperatriz crianças, grupos de congada e marujada, grupos de trança fitas, escolas, catequese das igrejas, associações, cavaleiros e carros de bois que levam mudas de palmitos para serem distribuídos a instituições ambientais. A charola com alimentos diversos (frutas, legumes, cereais) segue na frente, abrindo o desfile, uma evidência da natureza sendo reverenciada com os alimentos (fatura) destinados depois às instituições de caridade. Após o desfile, são distribuídos cerca de cinco mil pratos de afogado aos devotos, que chegam a esperar mais de duas horas pelo alimento considerado sagrado. No dia de Pentecostes, a procissão segue no período da tarde, sobre um tapete de

serragem e areia colorida montado para este fim. À noite, os pedidos recolhidos durante a visita das rezadeiras, em período anterior à Festa (conforme agendado com os devotos), e aqueles depositados na urna do Império montado na praça da Catedral, são queimados.

Desta forma, o fogo eleva as preces ao Espírito Santo (MARIANO, 2007).

Em Laras, como mencionado anteriormente, a Festa do Divino teve início com uma promessa em função da febre amarela e, com o tempo, a peregrinação daqueles que levavam a imagem do Divino aos devotos moradores das margens do Rio Tietê foi se tornando tradicional. A população foi recebendo os chamados Irmãos do Divino com almoços, jantares e pouso, e às vezes com o cururu, um desafio cantado e improvisado por duplas de violeiros. Hoje, a Irmandade do Divino viaja de ônibus, geralmente cedido pela prefeitura de Laranjal Paulista, e precisa organizar seu trajeto de forma a evitar um “zigue-zague” e contemplar a todos os pedidos de visitas. Os relatos de graças alcançadas são muitos, as quais são reveladas também nas fotos e outros objetos colocados na bandeira do Divino que, ao longo de quase um mês de viagem, fica sobrecarregada. Um altar com as imagens que o devoto tiver em casa é montado para receber a Irmandade do Divino que coloca a bandeira do Divino à sua frente os reminhos com bandeirolas sobre o altar, e outras duas bandeiras

do Espírito Santo nas suas laterais. Ali, a folia do Divino canta, lembrando a todos os motivos para a realização do ritual, a tradição e a sua importância para a população do Médio Tietê, como ilustra a estrofe:

Foi feito no tempo antigo

Aqui na grande capela

Pra acabar com a epidemia Da

triste febre amarela, eeee!

O encontro das canoas é uma representação da Irmandade do Divino, chegando no distrito pelo rio e sendo recebida pela Irmandade de São Sebastião, também de Laras. Seu cruzamento significa que a missão fora cumprida e, por isso, rojões são soltos e os trabucos pipocam no ar. A prática de abençoar os amortalhados com a Bandeira do Divino continua e se estende pelo final da tarde. No dia seguinte, o diretor da Irmandade joga os ex-votos no Rio Tietê — fotos, roupas, fitas coloridas com nós — para que suas águas limpem as dores de cada devoto (MARIANO, 2014).

Vale observar que, na Festa do Divino de Mogi das Cruzes, os pedidos são queimados e, na de Laras, são lançados no rio, sendo o fogo e a água os condutores que fazem a conexão entre o mundo físico e o espiritual.

Outro ponto relevante diz respeito à simbologia do Império do Divino, totalmente ausente em Laras.

No entanto, a manutenção de um ritual que remonta à história do lugar é bastante forte.

Em Sorocaba, a Festa do Divino parece ser a mais simplificada. De grande suntuosidade no período das tropas e feiras de muares no município, a festa foi perdendo notoriedade com o fim das cavalhadas. Na década de 1980, ela era contemplada com as insígnias do Império do Divino, com a corte e os imperadores, que seguiam em procissão protegidos por barras sustentadas pelos chamados mordomos. Ficavam, assim, no interior deste quadrado, o que os colocava numa posição superior e nobre — afinal, além de serem responsáveis pela Festa, carregavam o cetro, a coroa e a salva de prata.

O relato de uma devota revela que, devido à crescente urbanização de Sorocaba e, com ela, o aumento da violência, não cabia mais o desfile com objetos de prata e, por isso, não havia mais procissões tais quais as da década de 1980. Além disso, acrescenta:

[...] não tem mais aquela hierarquia, porque nós vivemos numa república. Então nós não temos reis, não temos rainhas, não temos vassallos, os servos... na verdade chamavam de mordomos, antigamente. [...] *Então nós não temos isso, na nossa realidade hoje é uma república, então não tem o porquê mais de fazer... Então hoje nós não temos mais assim, eles são todos*

por igual, e são chamados de Arautos de Pentecostes. Por que Arautos? Porque Arautos significa proclamadores do evangelho. (M. R., 2011, depoimento colhido por Neusa F. Mariano).

Os Arautos de Pentecostes parecem seguir a orientação carismática da Igreja Católica, em que os símbolos e as imagens não têm a mesma importância que a palavra do Evangelho, as exaltações e os louvores. As igrejas gerenciadas sob essa orientação apresentam-se com poucas imagens, sobretudo nas paredes e altares, e as músicas são abundantes durante as missas. Talvez o fato de a orientação carismática se pautar no Espírito Santo seja uma explicação para a multiplicação das homenagens ao Divino, embora em um formato mais contido e simplificado, no qual a corte e o império não estão presentes — isto é, o que se convencionou chamar de folclórico tem sido cada vez mais ausente da Festa.

Sobre a Festa do Divino em Sorocaba, pode-se citar também que o seu formato consiste na peregrinação, geralmente à noite, da bandeira do Divino, passando por ruas previamente estabelecidas. Assim como a folia do Divino de outrora, os peregrinos recebem donativos e cantam, enquanto a bandeira circula pelos cômodos das casas dos devotos. A celebração acontece na missa, no domingo de Pentecostes. Em algumas

comunidades, há quermesse na praça da igreja e procissão. Sempre há referência ao alimento, à comensalidade. No caso de Sorocaba, pães ou roscas doados pelas panificadoras locais são benzidos pelo padre e distribuídos à população, tal como antigamente.

Pode-se constatar ainda que esta festa mantém-se mais com caráter litúrgico do que espontâneo e popular e, portanto, mais contido. Além disso, assim como afirmou Araújo (2004), a bandeira permanece presente, pois representa o próprio Espírito Santo que abençoa, ou seja, a manifestação de fé e a devoção se fortalecem, mas a forma desta expressão cultural tem sido transformada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Festa do Divino, pela forma como se apresenta (suas representações, suas insígnias) e pela sua espacialidade no território nacional é mais do que o ritual; a Festa, o momento de união e coletividade, é mais do que a performance; é mais do que a novena e as missas, as promessas e os pedidos. A Festa do Divino está para além de uma etnografia localizada na busca pela sua especificidade: cada Festa tem a sua, seja a homenagem ritualizada há pouco tempo ou não.

Compreender a Festa além da própria festa. É este o desafio teórico que se aponta. É preciso compreendê-la como uma parte do cotidiano que tem ganhado notoriedade e adeptos e formado uma grande corrente que,

ainda de forma adormecida, carrega consigo o potencial de transformação, ou seja, a utopia, com toda a potencialidade *poiética* — de criação — e revolução dos sentidos todos até agora amalgamados pela sociedade.

Entende-se aqui a Festa do Espírito Santo como expressão da cultura brasileira, pois ela faz parte e é marco na História, no qual há uma projeção para o futuro imbuída de esperança que se renova a cada ano, dando-lhe sentido no cotidiano na qualidade de tradição. Assim, compreende-se que o poder criador é exercitado a cada Festa, seja qual formato ela tiver, pois, na busca pela utopia, há a certeza de que algo está sendo criado coletivamente, ainda que não se tenha realizado, ou seja, a certeza de vir a ser.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/Fapesp, 1999.
- ANDRADE, Oswald de. Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe. 2ª ed. São Paulo: Globo/Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore Nacional I: festas, bailados, mitos e lendas. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BÍBLIA: Mensagem de Deus. São Paulo: Editora Santuário/Edições Loyola, 1994.

BRANDÃO, Carlos R. O Divino, o Santo e a Senhora. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro/FUNARTE, 1978.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Dicionário do Folclore Brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Global, 2001.

ETZEL, Eduardo. Divino: simbolismo no folclore e na arte popular. São Paulo/Rio de Janeiro: Giordano/Kosmos, 1995.

FAZENDA, Vieira. Antiquilhas e memórias da cidade do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, t. 88, v. 142, p. 365373, 1920.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: do crime à punição. Boletim do CEPEHIB: São Paulo, p. 3-7, 1980.

MARIANO, Neusa de F. Divina tradição ilumina Mogi das Cruzes: o Espírito Santo faz a festa. 2007. 205 fl. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Divina luz nas águas do Tietê: a Festa do Divino Espírito Santo de Laras – SP. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

MORAES Filho, Mello. Festas e tradições populares no Brasil. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Ed. Itatiaia, 1979.

MORAES, José Geraldo Vinci de. As sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo, final do século XIX ao início do século XX. Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

MORAIS, Katlin C. de. Atas de vereança de Mogi das Cruzes (1612-1646). Revisão da edição semidiplomática (2007). Projeto temático de Equipe de História do Português Paulista II. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

PERECIN, Marly Therezinha G. Candeias em espelho d'água (1777-1845). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

REGISTRO de provisões: 1818-1827. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – ACMSP.

SOUZA, Marina de Mello e. Paraty: a cidade e as festas. 2. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.